



OBJETOS DIGITAIS EM FLUXO: A VIRTUALIZAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS GARANTE O ACESSO E A APLICAÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO PATRIMONIAL?

*Maria Cristina Guimarães Oliveira, Albertina Otávia Lacerda Malta,
Mário Gouveia Júnior*

RESUMO: A partir de estudos empreendidos no Mestrado em Ciência da Informação da UFPE no tocante à aplicação de políticas públicas e aos entendimentos que cercam o uso social da informação, dialogamos neste trabalho acerca das possibilidades que a fotografia e o museu oferecem no sentido de aproximar pessoas, objetos e suas memórias em tempo e espaço. As tecnologias digitais, aplicadas à capacidade mágica de registrar eventos, e disseminá-los em tempo real, além de preservar informações, trazem-nos algumas inquietações: o museu poderia ser virtualizado através da reprodução digital? Tal virtualização garantiria a acessibilidade? Esse conteúdo disponibilizado, por si só, acarretaria necessariamente uma educação patrimonial destinada ao desenvolvimento social? Nossas considerações e análises estão organizadas mediante revisão de literatura. Como resultado dos trabalhos em andamento, buscamos responder a tais indagações, que servirão como esteio de pesquisas ulteriores todas no campo da museologia social e das técnicas de digitalização aplicadas à Ciência da Informação.

Palavras-chave: Museus. Museus Virtuais. Objetos Digitais. Acessibilidade. Uso Social da Informação.

ABSTRACT: From studies in the Master of Information Science at UFPE in relation to the implementation of public policies and social use of information, we discuss the possibilities that photography offers the museum with the aim of bringing people, objects and their memories in time and space. Digital technologies, applied to the magical ability to record events, and spread them in real time, and preserve information, bring some concerns: the museum could be virtualized through the digital reproduction? Such virtualization guarantee accessibility? This content provided entails a heritage education for social development? Our consideration and analysis are organized by exploratory analysis. As a result of ongoing research, we seek to answer such questions, which serve as the mainstay of further research in the area of social museology and digital technologies applied to Information Science.

Keywords: Museums. Virtual Museums. Digital Objects. Accessibility. Social Use of Information.



1. INTRODUÇÃO

No limiar do século XX, muitos pensadores discorreram sobre a contemporaneidade e teceram projeções para um futuro, que, através dos avanços tecnológicos, tanto prometia benesses quanto aterrorizava a humanidade ante a intolerância e a insanidade de um iminente conflito global (HOBSBAWM, 1995). A Segunda Guerra, memorada como época de caos e desajuste das fronteiras geopolíticas e do equilíbrio das sociedades liberais, acarretou, por outro lado, uma escalada de desenvolvimentos científicos fora do comum, sobretudo no campo das telecomunicações, conforme destacam Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (2011).

É este, aliás, o contexto do advento da Ciência da Informação, já que, conforme lembra Aldo Barreto (2002), a informação, mantida em sigilo até o fim da Guerra, começaria a ser posta à disposição do bem-estar das sociedades, a partir da segunda metade do século XX, em escala mundial – seu quase que incontrolável fluxo (LE COADIC, 2004) precisava de uma sistematização que aquela ciência prometia realizar.

Mundializada estava a vida, e as fronteiras espaços-temporais começavam a se diluir; o distante aproximava-se, havendo presença do ausente (ORTEGA Y GASSET, 2006). Tais ubiquidades eram desejadas por todos em sua necessidade de posse de objetos, sobretudo através da reprodutibilidade de sua imagem (BENJAMIM, 1994). Nessa perspectiva, as possibilidades iniciadas pela fotografia e pelo cinema estenderam-se, sobretudo a partir dos anos 1990, através do computador, e, a posteriori, da virtualização que propicia passeios por salas de qualquer museu ou galeria, numa combinação da informação em suas variadas dimensões: texto, imagem e som.

Numa palavra, a reprodução técnica, subsidiária que é das bibliotecas, dos centros de documentação em geral e dos museus virtualizados, norteia a Ciência da Informação em seu paradigma pós-custodial, informacional e científico, quando busca a dilatação dos canais de acesso e disseminação de informação, pensando-a como um fenômeno social (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Neste trabalho propomos um debate acerca dos usos da fotografia como ferramenta para a disseminação virtual dos acervos museais. Conscientes de seu papel enquanto lugar de memória entendemos o museu – de arte ou etnográfico, físico, virtual ou virtualizado – como um espaço cuja proposta de transformação social através da educação se faz presente na conscientização de que informação, cultura e memória devem ser construções coletivas (HALBWACHS, 2006).

Nas primeiras discussões que tivemos, no entanto, verificamos ainda outros pontos cuja problematização nos parece pertinente em nossa tarefa. A primeira delas é a dúvida em relação à digitalização de objetos museais: em tal atividade, o que é virtualizado? O museu ou os seus conteúdos? Essa virtualização confere, de fato, a acessibilidade que desejamos? E a referida disponibilização fomentaria efetivamente uma política que se opusesse ao paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista? (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Na primeira parte deste artigo contextualizaremos o nascimento da fotografia e sua utilização enquanto forma de registro testemunhal e documental utilizado por muitos pesquisadores.



O segundo momento contempla um debate acerca dos museus físicos, dos virtuais e dos virtualizados. Haveria distinção entre estes dois últimos?

A terceira seção contempla as questões de preservação e difusão de informação; a partir dos paradigmas elencados por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro, pretendemos discutir a relação entre técnicas de conservação e práticas de acessibilidade. Numa palavra, seria plausível a ideia de preservar para difundir e difundir para preservar?

Nossas considerações e análises estão organizadas mediante análise exploratória, uma vez que recorremos à revisão de literatura irmanada a nossas impressões e experiências sobre gestão e mediação de alguns equipamentos culturais existentes no Recife.

2. A FOTOGRAFIA: DO SEU NASCIMENTO ÀS NOÇÕES DE DOCUMENTO E FONTE DE INFORMAÇÃO.

Parece haver consenso entre os historiadores de que mesmo antes de articular palavras, o homem pré-histórico era capaz de criar o seu pensamento abstrato e o registrou através das pinturas rupestres, concebidas não necessariamente com a finalidade de se comunicar, mas de expressar sentimentos e desejos. Nesse particular, “a intenção prática da sua pintura podia ser diversificada, variando desde a magia ao desejo de historiar a vida do seu grupo [...]” (MARTIN, 2005, p.240).

De modo semelhante, a fotografia, a partir de sua invenção e popularização, causou frisson e deslumbramento nas sociedades, que consideravam aquela técnica dotada de uma misteriosa experiência, um fenômeno mágico. Era inegável o fascínio que exercia “um aparelho que podia rapidamente gerar uma imagem do mundo visível, com um aspecto tão vivo e tão verídico como a própria natureza” (BENJAMIM, 1994, p.95).

Há que se considerar que a sua história inicia-se na Renascença com a câmara obscura, passando pela pesquisa nas áreas da física e da química. Como ocorre com os processos científicos de criação, em função do aproveitamento de invenções anteriores, a fotografia desenvolveu-se e difundiu-se simultaneamente em várias partes do mundo. Foi desse modo que a imagem fotográfica proporcionou o conhecimento e a visualização – portátil e ilustrada – de lugares e povos distantes, até então vistos apenas através da pintura ou descritos pelos relatos dos viajantes (KOSSOY, 2001).

Essa novidade representou um verdadeiro milagre da ciência, já que as imagens constituíam a verdade nua e crua, ou a cópia fiel da realidade. Ademais, “pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho” (BENJAMIN, 1994, p.167).

Tal libertação conferida à pintura, no tocante aos seus compromissos com a representação da realidade, pode representar a emergência das vanguardas artísticas – o Impressionismo e o Expressionismo – enquanto fruto da constatação de que a fotografia já exercia a função documental de modo mais rápido e eficiente. Essa consciência fomentou a transferência de seu interesse da realidade



e da natureza, isto é, do modelo, para a própria expressão de um mundo não necessariamente calcado no real – entendido como arte.

Assim, termos como expressão da verdade e testemunho imparcial, foram exaustivamente utilizados quando o assunto era fotografia e o seu poder de reproduzir exata e fielmente a realidade exterior (FREUND, 1989). Partilhando dessa linha de pensamento, Roland Barthes (1989), via na fotografia esta fidelidade na reprodução do real, mas não deixava de chamar a atenção para as suas múltiplas características. Afirma que a fotografia se distingua de outros sistemas de representação, pelo fato de que, através dessa técnica, nunca se pode negar a presença do objeto representado, havendo uma espécie de dupla posição conjunta – de realidade e de passado.

Do mesmo modo, Jacques Le Goff (2003) diz que o documento não é material bruto, objetivo ou mesmo inocente, mas que exprime as relações de força da sociedade que o produziu, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de analisá-lo, criticamente e desmistificar o significado aparente do documento.

O caráter documental e de registro da fotografia constitui uma rica fonte de informações, e tem sido reconhecido como tal por diversas áreas do conhecimento, sendo utilizado para fundamentar trabalhos e projetos científicos e subsidiar grandes obras de intervenção urbanística. No campo das comunicações, a imprensa figura como uma das primeiras a se beneficiar da imagem fotográfica, que, nos últimos anos, ganhou cada vez mais espaço nas páginas dos jornais e revistas.

A utilização da imagem, aliás, já era entendida como importante à época dos antiquários, onde:

[...] os testemunhos da cultura material e das belas-artes não é senão um caso particular do triunfo geral da observação concreta sobre a tradição oral e escrita, do testemunho visual sobre a autoridade dos textos [...] daí se explica o papel crescente da ilustração no trabalho dos antiquários (CHOAY, 2006, p.76-7).

Desse modo, centros de documentação, museus, arquivos públicos e acervos privados guardam uma relação em comum: em tais instituições, a reprodução icônica, e depois a fotografia está presente, seja ela analógica ou digital. Neste último caso, contudo, migra-se da ideia de documento para informação (RIBEIRO, 2001). Ainda nesse contexto, o grau de conservação, organização, divulgação e acessibilidade são, contudo, bastante variados, dependendo do investimento que se faz, bem como do valor conferido pela sociedade – também chamado de reconhecimento público.

Neste cenário, a informação compreende as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas. Especificamente a informação social, seu recorte teórico está relacionado ao uso, independente do suporte utilizado e ainda, ao esforço de se realizar uma leitura crítica da própria realidade; por sua vez essa leitura está associada aos processos de geração, organização, uso e incorporação de informações – defende Luciene Borges Ramos (2008). Já o recorte prático, sobre esse uso social eleva e distingue funções sociais que instituições como museus, bibliotecas, arquivos prestam à sociedade; ou seja, a relação informacional entre cultura



e indivíduo em cada território e suas diferentes interpretações, conforme habilidades, atitudes e valores de cada um.

O trabalho de preservação dos bens culturais reúne técnicas de conservação, armazenagem, organização, tratamento e uso de informações, deixando evidenciado que bens culturais – são também bens informacionais. Para a autora, a base de toda atividade cultural é a disponibilidade de informações, cuja dimensão sociológica dessa cultura, suas profissões e atividades específicas dependem do acesso e uso de informações para o exercício de suas profissões.

Nessa perspectiva, a fotografia é documento que porta múltiplas significações, é fonte de informação histórica, antropológica, etnográfica, jornalística, é registro do passado, é fragmento congelado de um instante que se foi – ou que está em curso, se considerarmos sua natureza digital e suas possibilidades de disseminação e de ressignificação cada leitura feita (SILVA, 2006).

Por sinal, a generalização das imagens midiáticas ou virtuais, de acordo com Christine Buci-Glusckmann (2007), inerentes à globalização contemporânea, nos faz, cada vez mais

[...] definir precisamente o estatuto da imagem, suas modalidades e suas implicações estéticas e políticas. Gilles Deleuze, ao afirmar que ‘a imagem não é objeto, mas sim processo’, deixamos [...] perceber um mundo marcado pela passagem de uma cultura dos objetos e das estabilidades para uma cultura dos fluxos e das instabilidades, gerando novas transparências e diversos tipos de fluidez” (BCI-GLUSCKMANN, 2007, p.70).

Esses fluxos de que trata Deleuze, nos parecem dialogar com a ideia de fluxo e formação de redes da chamada Sociedade Informacional e sua lógica de um processo produtivo que migrou do fabrico de bens materiais para a produção, armazenamento e disseminação da informação e comunicação (CASTELLS, 1999).

Toda essa produção de bits que vem em substituição dos átomos (NEGROPONTE, 1995), demandando, com isso, cada vez maiores necessidades por velocidades – o primeiro grau da virtualização (LÉVY, 1999b).

Nesse contexto de digitalização da vida, identificamos que:

Através da digitalização crescente da informação em papel, iniciativa que se tornou já uma moda e um apetecível negócio, acervos bibliográficos e séries documentais, com destaque para as fotografias, os bilhetes-postais e os mapas/desenhos, das instituições culturais Arquivo e Biblioteca, ficam acessíveis na internet, através de home pages ou sites institucionais, concebidos em moldes de usabilidade que ainda convocam algumas características da mediação custodial, ao imporem ao utilizador os esquemas de catalogação, de indexação e os sumários descritivos [...] e ao pretenderm “ensiná-lo” a seguir a via de acesso indicada “paternalmente” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p.173-4).

A reprodução no mundo digital permite ampliar de modo exponencial o acesso à obra.

É bom lembrar, entretanto, que esse acesso ampliado aos acervos documentais e artísticos, embora louvável e importante no sentido da disseminação do conhecimento, se dá de maneira parcial, pois o objeto – principalmente aqueles em que o caráter artístico é mais significativo – possui



qualidades que não são capturadas e transmitidas de forma integral pelos meios hoje conhecidos.

Isto é, a apreensão total do objeto e sua fruição como obra de arte com suas qualidades intrínsecas e culturais, só é possível quando se dá de modo real.

De todo modo, a digitalização de conteúdos patrimoniais – na qual a fotografia, e suas técnicas, tem um lugar primordial – tais como peças e objetos museais, sua acessibilidade e as garantias de que o uso social da informação contida em determinados equipamentos culturais possa se efetivar.

3. ESPAÇOS MUSEAIS VIRTUALIZADOS.

Antes de nos termos nas considerações acerca das características e propriedades dos museus físicos e dos museus virtuais, entendemos que a definição de museu pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Ministério da Cultura (MinC) parece válida como ponto de partida. O museu é uma instituição aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento mediante um trabalho permanente com a preservação e divulgação do patrimônio cultural, representado em seus acervos e exposições, e disposto de modo a fomentar e ampliar as possibilidades de construção identitária e coletiva, a produção de conhecimentos, as oportunidades de lazer e a inclusão social, através da democratização do acesso, uso e produção de bens culturais em seus espaços, sejam eles físicos ou virtuais (IPHAN/MinC, 2005).

Essa espécie de definição-missão do museu enquanto espaço/lugar de memória está em conformidade com o postulado por Pierre Nora (1993) quando este considera que por não mais sermos capazes de comportar na mente os nossos referenciais identitários, foram criadas instituições que preservam tais valores. Nesse sentido, os espaços públicos e monumentos foram criados com a intenção de marcar e legitimar a celebração dessa memória coletiva – ainda que tenha sido construída sob a égide e os interesses das classes dominantes (MENEZES, 2007). Adéqua-se o museu, ainda, à Ciência da Informação à medida que desempenha:

[...] um papel ímpar na sociedade moderna como mediador entre o público e o acervo, e enquanto comunicador e produtor de discurso. A forma pela qual o público recebe o conteúdo e a mensagem de uma exposição museológica assegura e garante a legitimidade da função social do museu. Talvez seja esta a possibilidade de perceber que a associação entre museu, comunicação e informação configura-se tão estreita e legítima quanto a solidificação das instituições sociais (CASTRO, 2007, p.105).

Para além da preservação do patrimônio cultural, as instituições museais se dedicam à ampliação das possibilidades de construção coletiva de memórias e identidades. É válido enfatizar que a memória, para determinados campos do conhecimento, é percebida como a capacidade psíquica de conservar determinadas informações ou impressões passadas e atualizá-las; tal propriedade aproxima das ciências humanas e sociais à medida que o ato mnemônico se relaciona com o comportamento narrativo e sua função social: a de comunicar a alguém uma informação (LE GOFF, 2003).

Nessa perspectiva, para Ulpiano Bezerra de Menezes (2007), a memória e a linguagem, bem



como a imaginação, se fazem importantes ferramentas entre a abstração (capacidade de transformar o sensível no inteligível) e a articulação (capacidade de relacionar causas e consequências) em virtude de serem responsáveis por uma espécie de sedimentação das aprendizagens daquelas duas capacidades; do contrário nos comportariam como os tigres da metáfora de Ortega y Gasset (2006) – que precisam agir, a cada dia, como se fossem os primeiros de sua espécie, posto que não são capazes de recordar nem de transmitir aquilo que aprenderam no dia anterior. É desse modo que a memória não só transmite informação, conhecimento e significações, mas cria significados com os quais o cérebro trabalha. E tais significados, por serem construídos, são seletivos e dinâmicos; tão mutáveis e múltiplos quanto a identidade do indivíduo e suas possibilidades subjetivas (MENEZES, 2007).

Acerca dessa característica dinâmica da edificação de significados feita pela memória social-coletiva, Vera Dobedei nos ensina que “o coletivo [...] sempre é uma construção em que a completude é estranha e a hospitalidade, ao inverso, inerente” (DOBEDEI, 2005, p.44), isto é, a memória coletiva, como o próprio fenômeno da informação, se faz dinâmica e eternamente inacabada em virtude de sempre aceitar novas contribuições. Corrobora essa linha de pensamento a afirmação de Clifford Geertz de que o homem em sociedade mais parece um animal amarrado a teias de significados por ele próprio tecidas. Essas teias tratam-se de metáforas da cultura e seu entrelaçado sistema de signos interpretáveis, descritos de forma inteligível, com densidade (GEERTZ, 1978 citado por DOBEDEI, 2005).

Outra abordagem que nos interessa, ainda, da definição do IPHAN e do MinC é a previsão, ou ressalva, de que o espaço museal poderia ser físico ou virtual. Em relação ao termo virtual, aliás, este tanto pode ser usado no sentido de indicar aquilo que se cria através do computador, independente do plano físico, quanto para o que é tangível e sofre processo de digitalização. Faz-se necessário considerar que, para o senso comum, o termo virtual é associado como perfeito oposto de real, que denota sua inexistência tangível; no entanto Pierre Lévy (1999b) enfatiza que, para a filosofia escolástica, virtual não é o que não existe em ato, mas o que existe em potência, tendendo a atualizar-se sem se concretizar efetivamente.

É desse modo que a memória digital que armazena uma informação representa o agente operador de uma potencialização desta, ao passo que a realização depende da subjetividade humana através da leitura. Nesse sentido, a digitalização dispõe diante do leitor um texto móvel, caleidoscópico, que gira, dobra-se e desdobra-se mediante as vontades daquele que o demanda (LÉVY, 1999b).

Devemos salientar, do mesmo modo, que a comunidade especializada ainda não parece ter estabelecido um consenso para o conceito museu virtual, já que a Museologia, tal como a Ciência da Informação, ainda se encontra em processo de consolidação. De acordo com as pesquisas de Diana Farjalla Correia Lima (2009), é possível se identificar três grupos interpretativos acerca das noções do que viria a ser um museu virtual.

Para o primeiro deles, museu e acervo existem apenas no meio virtual, não tendo correspondentes



no meio físico e denominando-se, portanto, desterritorializado (LÉVY, 1999b). De acordo com essa concepção, o museu virtual pode ser definido como:

[...] uma coleção logicamente relacionada de objetos digitais compostos de variados suportes que, em função de sua capacidade de proporcionar conectividade e vários pontos de acesso, possibilita-lhe transcender métodos tradicionais de comunicar e interagir com visitantes [...] não há lugar ou espaço físico, seus objetos e as informações relacionadas podem ser disseminados em todo o mundo (ANDREWS; SCHWEIBENZ, 1998 citado por CARVALHO, 2008, p.2).

O segundo grupo interpretativo, ainda segundo os estudos de Diana Lima (2009), defende a ideia de um museu virtual quando museu e coleção possuem correspondentes no mundo tangível e são também representados no ciberespaço. Por fim, o terceiro grupo interpretativo entende o museu virtual como um museu sem correspondente no plano físico, com a sua coleção, no entanto, existente no mundo atomizado e convertida digitalmente. O equipamento cultural, desse modo, tem a sua gênese no campo digital “[...] e só existe na web, mas a coleção que é exibida resulta de coleta e do arranjo (imagens ou textos) feitos por este Museu Virtual, procedendo de vários lugares, instituições, pessoas da vida real” (LIMA, 2009, p.12).

De acordo com Werner Schweibenz (2004), os museus virtuais dividem-se em: museu folheto (trata-se de um site que contém informações básicas sobre a instituição com o objetivo de informar o seu conteúdo aos potenciais visitantes); museu de conteúdo (o site apresenta o museu, seus serviços de informação e convida o usuário a uma exploração online, em bases de dados, denotando um retrato detalhado de seu acervo); museu do aprendizado (o site oferece diversos pontos de acesso ao usuário, e, por ser desenvolvido didaticamente, visa despertar no visitante tanto o interesse de voltar a entrar no endereço eletrônico quanto no sentido de fazê-lo ir ao museu físico e conhecer os objetos, digamos, reais).

De todo modo, independente de sua natureza física, virtual ou virtualizada, o importante a ser ressaltado é que o museu deve sempre se apresentar à sociedade como um instrumento de combate à exclusão e de fomento ao desenvolvimento social através da educação. Este é o seu papel e seu maior desafio; a Internet pode ser uma ferramenta importantíssima nessa busca, todavia é importante registrar que acessibilidade à informação não acarreta por si só a apreensão de conteúdos, e, por conseguinte, o seu uso social. Ulpiano Bezerra de Menezes (2007) também percebe na Internet um novo lugar de memória em ação e transformação permanentes. Não basta, todavia, ao homem contemporâneo mergulhar nesse mundo de possibilidades da Web ao sabor dos ventos do hipertexto. Antes de sabermos as respostas, precisamos, todavia, estar conscientes de quais perguntas devem ser feitas. A memória é, assim, entendida como um campo de negociação onde devemos deixar de lado a oposição entre a objetividade e a subjetividade para, daí, colhermos os seus melhores frutos.

A conscientização da autonomia parece fundamental nesse processo, e nessa perspectiva:

“[...] se o virtual de hoje tem o poder de transformar o real e de não se reduzir a um simples simulacro, cabe mais do que nunca distinguir com Hannah Arendt duas formas de poder.



Um é feito de dominação [...], que engendra hoje uma homogeneização “liberal”, inclusive guerreira, do planeta. O outro [...] é uma potência criadora de um espaço comum, tecido de diversidade e de multiplicidade” (BUCI-GLUSCKMANN, 2007, p.84).

4. PRESERVAR PARA DIFUNDIR E DIFUNDIR PARA PRESERVAR: A NECESSIDADE DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO NOVO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL

A maioria dos trabalhos realizados no campo da Ciência da Informação evidencia pouca importância conferida às questões sociais e culturais em seu objeto de estudo. O pensar acerca da prática informacional no espaço social pode ser respaldado pela Sociologia da Cultura de Pierre Bourdieu, que considerava o espaço social formado por um conjunto de ações, representações e interações sociais (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004). É desse modo que entendemos a impossibilidade de se fazer ciência sem o elemento humano, já que:

Toda ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem [tendo em vista o fato de que] [...] o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido (GRAMSCI, 1984, p.70).

Numa palavra, a informação seria historicamente construída pelos sujeitos que criam os mecanismos de percepção, memória e imagem, visando decodificar, interpretar e disseminar seus significados. Assim fica evidenciado que a informação não é sinônimo de processo, matéria ou entidade dissociada das práticas e representações do homem em sociedade, inserido em seus espaços e contextos culturais (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Nessa perspectiva, é ainda Marteleteo (1995) quem nos ensina que as práticas informacionais, enquanto práticas sociais e simbólicas, são constituídas mediante produção, transferência, aquisição e significação por parte dos sujeitos, deixando de representarem-se apenas como veículo das ideologias. Até porque, tal como a informação, a memória tanto pode servir como instrumento de dominação e domesticação dos homens quanto se constituir em ferramenta imprescindível à sua libertação (LE GOFF, 2003) – tudo depende do foco que se dá e dos responsáveis pela escolha do quadro e da paisagem a ser considerada.

Nesse jogo dicotômico entre dominação e libertação, todavia, devemos considerar a perspectiva de Jesus Martín-Barbero (2003) no sentido de que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno denota necessariamente uma submissão, da mesma forma que a simples recusa não é sinônimo de resistência.

De todo modo, quando a construção coletiva de uma memória informacional se impõe ao Poder Simbólico, a autonomia supera a alienação e se pode pensar em desenvolvimento social.

Temos presenciado nos últimos anos uma utilização crescente do uso de tecnologia digital por parte de museus, bibliotecas e centros de documentação, possibilitando a um número cada vez maior



de usuários o acesso aos acervos, de forma presencial e em larga escala, através da Internet. Encontra-se à disposição, hoje, um volume de informações jamais imaginado, em forma de dados referenciais, resumos de textos, textos completos, fotografias, filmes, músicas e acervos museológicos, denotando o que Le Coadic (2004) chamou de explosão quantitativa da informação e Pierre Lévy (1999a) preferiu chamar de dilúvio informacional.

Todos os avanços tecnológicos permitiram a aproximação da obra de arte em relação ao indivíduo, através da reprodução técnica (BENJAMIM, 1994). Nesse particular, é evidente, também, que o acesso livre ao patrimônio cultural, aos acervos documentais, às obras de arte, possibilita que a história e a memória de uma sociedade sejam vistas e revistas, e por outro lado, faz com que essas informações exerçam um papel de matéria-prima para a produção de conhecimento.

Entretanto, como já o dissemos, a acessibilidade de conteúdos não garante a aprendizagem nem o desenvolvimento social de um povo; é preciso, para tanto, a aplicação de políticas públicas – deixando claro que estas não se resumem à atuação governamental, mas também se fazem a partir de ações e intenções da sociedade civil (PEREIRA, 2009). Nesse contexto, os serviços públicos, guiados pelo interesse comum no sentido de satisfação das necessidades sociais é que tornam evidente uma política pública, definida como “[...] uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2009, p.96), mas também podem escolher não fazer nada; e isso também é considerado uma política pública. Nesse sentido, é pertinente registrarmos que na chamada Era da Sociedade Informacional (CASTELLS, 1999) em que vivemos:

[...] a formulação de uma política globalizada de informação tem de atender a quatro princípios centrais e complementares: o acesso universal, o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos (SILVA; RIBEIRO, 2011, p.61).

Através do universo de possibilidades de difusão e preservação conferidas pelos objetos digitalizados e pelo interesse dos setores governamentais e da própria sociedade no tocante ao desenvolvimento de políticas públicas de informação, um novo paradigma emerge nesse momento, no que diz respeito à materialidade do documento. Nessa nova perspectiva, o que passa a importar é o conteúdo disseminável, e, fundamentalmente, a quem ele se destina e não mais o medo do contato físico entre o usuário e o documento. Com isso, ganhou o usuário, que de inimigo da ordem dos sistemas, passou a ser sujeito desse novo paradigma, chamado por Armando Malheiro (2011) de pós-custodial, informacional e científico.

Este mesmo autor, por sinal, considera que, com o advento da Internet e sua popularização, “[...] a dinâmica dos serviços de informação alterou-se radicalmente e a mudança do ‘físico’ para o ‘virtual’ introduziu novas perspectivas, novos desafios e, também, novos problemas” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p.126); a criação de um grande grupo de cidadãos info-excluídos é apenas um desses obstáculos à promoção de um acesso amplo e irrestrito ao conteúdo global.



O livre acesso ao patrimônio cultural, aos acervos documentais, às obras de arte, faz com que a história e a memória de uma sociedade sejam revisitadas e suas histórias, reinventadas e recontadas. Espera-se, assim, que esse estoque de informações circule e seja usado pela sociedade, produzindo novos conhecimentos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do referencial teórico dos estudos aqui apresentados se deu mediante pesquisa exploratória, cujos contornos são traçados a partir dos procedimentos peculiares à pesquisa bibliográfica na área da Ciência da Informação. Nesse particular, devemos anotar que a análise exploratória é desenvolvida no sentido de permitir uma noção geral aproximativa no tocante a um determinado fenômeno sobre o qual não se tem informação e sobre o qual se deseja um mínimo de entendimento (RICHARDSON, 2008). Desse modo, ao longo da consolidação de nossos trabalhos estabeleceremos critérios, métodos e técnicas mais adequados à nossa pesquisa.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Através deste trabalho, e dos próximos que seguirão veredas paralelas, tencionamos identificar as correlações e distinções entre museus físicos, virtuais e virtualizados.

Nesse sentido, buscamos maiores reflexões acerca da ideia de que apesar de os acervos museais serem passíveis de digitalização em prol da acessibilidade de seus conteúdos como forma de disseminação de informação, cultura e memória, esta atitude, por si só não conferiria desenvolvimento social.

No tocante à preservação e difusão de informação, pretendemos ampliar nossos canais de discussão acerca das técnicas de conservação e das práticas de acessibilidade como forma de preservar para difundir e difundir para preservar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos contemplar os usos da fotografia como documento e como instrumento de preservação e disseminação de informação a partir de suas propriedades digitais e da inerente reproduzibilidade já mencionada por Walter Benjamin. Vimos também que muitas foram as instituições de memória – sobretudo os museus – que se utilizaram da imagem para divulgar o seu acervo e seus conteúdos e que a emergência e popularização da Internet dinamizou ainda mais essas possibilidades. Nesse particular, abordamos a existência dos chamados museus virtuais e trouxemos algumas definições e ressalvas acerca dessa terminologia que diferencia museus físicos, dos virtuais e virtualizados.

O que se constata diante dessa pesquisa é que tanto os museus compostos por átomos quanto os



formados por bits tem um mesmo objetivo e uma mesma preocupação: disseminação e preservação, respectivamente. Entre o ato de proteger e o de divulgar encontram-se os paradigmas custodial e pós-custodial que envolvem todos os agentes que lidam com a organização, recuperação e transmissão da informação.

Diante das maravilhas propiciadas no campo da comunicação e da informação à distância, incluindo-se nesse bojo a educação remota, muitos são os que conjecturam e até prevêem o fim das instituições físicas, tais como a biblioteca e o museu, entre outras. E a responsável por esta tragédia não seria apenas o advento das tecnologias digitais. Para além de toda a comodidade do consumo de um livro ou uma obra de arte na segurança e no conforto do lar do usuário, há que se considerar as próprias carências e deficiências de determinados equipamentos culturais.

Uma biblioteca que não disponibiliza minimamente de um espaço acolhedor nem dos livros de que precisamos ou um museu no qual as visitações e mediações sejam maquinalmente repetitivas e enfadonhas são instituições que se sabotam ao afastar-se dos usuários. Isso porque tratamos aqui de dois lugares de memória, que, para se evidenciarem enquanto tais precisam desfrutar do reconhecimento da sociedade. Desse modo, reconhecemos como equivocadas as instituições que sacralizam os acervos de modo a dificultar o livre acesso, todavia condená-las ao futuro certo do desaparecimento nos parece uma atitude determinista.

Somos partidários de que arquivos, bibliotecas e museus sigam a lógica das sociedades humanas no tocante a sua dinâmica, sempre se reinventando enquanto espaços de vida. Vida esta que apesar de guardar uma inapelável relação com a morte, precisa fundamentalmente de fluxo para se renovar. Assim, novas concepções de biblioteca e museu podem fomentar no usuário a vontade de estar naqueles lugares a despeito das possibilidades remotas conferidas pelo universo digital.

Nesse contexto, vale lembrar que contemplar fotografias digitais de um mercado público, por exemplo, não confere sensações como o calor do sol ou a brisa que toca nossa pele ou o cheiro das frutas, das comidas e dos temperos. Mas possibilita o acesso a um conteúdo informacional pleno de elementos e significados para a ampliação do conhecimento, bem como para a própria valorização do real e da vontade de conhecê-lo. Numa palavra, a imagem de um lugar não inibe a vontade de estar lá; assim é a biblioteca e o museu que queremos: lugares de memória reais, mas também virtuais, ambos preservados e acessíveis, fortalecendo a capacidade humana de representar experiências e informações para o mundo.

ABSTRACT: From studies in the Master of Information Science at UFPE in relation to the implementation of public policies and social use of information, we discuss the possibilities that photography offers the museum with the aim of bringing people, objects and their memories in time and space. Digital technologies, applied to the magical ability to record events, and spread them in real time, and preserve information, bring some concerns: the museum could be virtualized through the digital reproduction? Such virtualization guarantee accessibility? This content provided



entails a heritage education for social development? Our consideration and analysis are organized by exploratory analysis. As a result of ongoing research, we seek to answer such questions, which serve as the mainstay of further research in the area of social museology and digital technologies applied to Information Science.

Keywords: Museums. Virtual Museums. Digital Objects. Accessibility. Social Use of Information.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. São Paulo em perspectiva, v.16, n.3 p.67-74, 2002.
- BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BUCI-GLUSCKMANN, Christine. Variações sobre a imagem: estética e política. In: LINS, Daniel (org.). Nietzsche/Deleuze: imagem, literatura e educação: Simpósio Internacional de Filosofia, 2005. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual. Museologia e Patrimônio. v.1, nº 1, jul/dez de 2008. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/>>. Acesso em: 04 jul. 2011.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).
- CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Memórias clandestinas e sua museificação. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- DOBEDEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: CONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (org.). O que é memória social?. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- FREUND, Gisèle. Fotografia e sociedade. 3.ed. Lisboa: Vega, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IPHAN, MINC. Definição de Museu. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/> acesso em:



03 jul. 2011.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE COADIC. Yves-François. A ciência da informação. 2.ed.rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004;

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003;

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999a.

_____. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1999b.

LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam. 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/531/1/GT%209%20Txt%2011%20LIMA,%20Diana%20Farjalla%20Correia.%20O%20que%20se%20pode%20designa....pdf> acesso em: 04 jul. 2011.

MARTIN, Gabriela. Pré-história do nordeste do Brasil. 4.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

MATÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MARTELETO, Regina. Cultura, educação,distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. INFORMARE- Cad. Prog.Grad..Ci.Inf.,Rio de Janeiro, v.1,n.2, p.11-23, jul/dez.1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana. São Paulo: SESC SP, 2007.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação. v.5, nº5, out. 2004.

NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. nº.10. São Paulo, 1993.

ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito à cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; et ali (org.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAMOS, Luciene Borges. Centros de Cultura, espaços de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.



RIBEIRO, Fernanda. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. IV Encontros do Outono – Memória, História e Patrimônio – Bibliotecas, Arquivos e Museus, Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, outubro, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3.ed. 9.reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHWEIBENZ, Werner. The development of virtual museums. ICOM News, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. Revista Ciência da Informação. Brasília, v.35, n.3, p. 194-200, set./dez. 2006.